



Correspondência ao Autor

¹ Zoraia Aguiar Bittencourt

E-mail: zoraibittencourt@gmail.com

Universidade Federal da Fronteira Sul,
Erechim, RS, Brasil

CV Lattes

<http://lattes.cnpq.br/9415905395080587>

Submetido: 05 abr. 2021

Aceito: 09 out. 2021

Publicado: 05 dez. 2021

[doi> 10.20396/riesup.v8i0.8665194](https://doi.org/10.20396/riesup.v8i0.8665194)

e-location: e022021

ISSN 2446-9424

Checagem Antiplágio



Distribuído sobre



Educação Superior em Contexto Emergente: a Democratização da Universidade Brasileira em Debate

Zoraia Aguiar Bittencourt¹  <https://orcid.org/0000-0002-1290-8847>

Thiago Ingrassia Pereira²  <https://orcid.org/0000-0002-5558-7836>

^{1,2} Universidade Federal da Fronteira do Sul

RESUMO

O artigo discute o recente cenário de expansão do acesso à universidade no Brasil, destacando as novas instituições públicas que integram o denominado contexto emergente. Tem como objetivo principal refletir sobre a democratização do acesso e permanência universitária em contexto social de desigualdade. Para isso, mobiliza aporte teórico dos estudos sobre a Educação Superior, apresentando duas estratégias metodológicas: (a) pesquisa de Estado do Conhecimento visando identificar perspectivas e tendências de artigos acadêmicos das principais revistas eletrônicas do país, assim como de teses e dissertações produzidas nos Programas de Pós-Graduação do Brasil acerca da temática da democratização da Educação Superior e (b) pesquisa exploratória com docentes de universidades federais implantadas no último período, buscando subsídios empíricos para compreender os limites e as possibilidades da democratização universitária no Brasil. O trabalho realizado sugere que ocorreram avanços em políticas públicas de acesso e permanência na primeira década do século XXI, embora as novas universidades estejam envolvidas em desafios de consolidação de sua estrutura física e projetos institucionais. Portanto, o cenário emergente sinaliza ao que designamos como democratização inconclusa da universidade brasileira, caracterizada pela melhoria relativa do acesso em termos quantitativos e qualitativos, assim como por dilemas de permanência estudantil e de novas abordagens epistemológicas e metodológicas no currículo universitário.

PALAVRAS-CHAVE

Universidade. Expansão. Democratização.

Higher Education in an Emerging Context: the Democratization of the Brazilian University under Debate

ABSTRACT

The article discusses the recent scenario of expansion of access to University in Brazil, highlighting the new public institutions that integrate the so-called emerging context. Its main objective is to reflect on the democratization of university access and permanence in a social context of inequality. To this end, it mobilizes the theoretical contribution of studies on Higher Education, presenting two methodological strategies. The first (a) State of Knowledge research, aiming to identify perspectives and trends of academic articles in the main electronic journals of the country. Also, of these and dissertations produced in the Postgraduate Programs in Brazil, about the theme of democratization of Higher Education; and (b) exploratory research with professors from federal universities implemented in the last period, seeking empirical subsidies to understand the limits and possibilities of university democratization in Brazil. The work done suggests that advances have occurred in public policies of access and permanence in the first decade of the 21st century, although the new universities are involved in challenges of consolidating their physical structure and institutional projects. Therefore, the emerging scenario signals what we call the inconclusive democratization of the Brazilian university, characterized by the relative improvement of access in quantitative and qualitative terms, as well as by dilemmas of student permanence and new epistemological and methodological approaches in the University curriculum.

KEYWORDS

Democratization. Growth. University.

Educación Superior en Contexto Emergente: la Democratización de la Universidad Brasileña en Debate

RESUMEN

El artículo discute la reciente escena de expansión del acceso a la universidad en Brasil, señalando las nuevas instituciones públicas que integran el denominado contexto emergente. Tiene como objetivo principal reflexionar sobre la democratización del acceso y permanencia universitaria en contexto social de desigualdad. Para ello, moviliza aporte teórico de los estudios sobre la Educación Superior, presentando dos estrategias metodológicas: (a) investigación de Estado del Conocimiento aspirando identificar perspectivas y tendencias de artículos académicos de las principales revistas electrónicas del país, así como de tesis doctorales y tesis de maestría producidas en los Programas de Posgrado de Brasil acerca de la temática de la democratización de la Educación Superior y (b) investigación exploratoria con docentes de universidades federales implantadas en el último período, buscando subsidios empíricos para comprender los límites y las posibilidades de la democratización universitaria en Brasil. El trabajo realizado sugiere que ocurrieron avances en políticas públicas de acceso y permanencia en la primera década del siglo XXI, aunque las nuevas universidades estén involucradas en retos de consolidación de su estructura física y proyectos institucionales. Por lo tanto, la escena emergente evidencia lo que designamos como democratización inconclusa de la universidad brasileña, caracterizada por la mejora relativa del acceso en términos cuantitativos y cualitativos, así como por dilemas de permanencia estudiantil y de nuevos abordajes epistemológicos y metodológicos en el currículo universitario.

PALABRAS CLAVE

Universidad. Expansión. Democratización.

Introdução

O presente artigo está alinhado com as recentes pesquisas sobre Regulação das Políticas Educacionais (TEODORO; JEZINE, 2012; AKKARI, 2011), compreendendo que, para exercer controle sobre os países em desenvolvimento, são instituídos índices de regulação internacional de indicadores de qualidade, o que promove uma ação direta dos países fortes nas políticas de desenvolvimento econômico e social de países emergentes. Compreende-se aqui que contextos emergentes se referem a “contextos que têm o ethos do desenvolvimento humano e social na globalização, em que há interação com outras formas de contextos” (MOROSINI, 2014, p. 386).

A par desta situação, a partir dos resultados de pesquisas comparadas, emerge o conceito de Boas Práticas, o qual, tomando como referência a média dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), é difundido nos países assinalando os que possuem um sistema ineficiente de educação. A partir de estratégias de acompanhamento e de avaliações externas, os governos buscam, então, atingir metas equivalentes aos índices atingidos pelos países dos rankings superiores dos relatórios da OCDE, o que conduz o sistema educacional destes países a engajarem-se ainda mais no contexto da competitividade econômica internacional. Assim, é preciso problematizar essa padronização, uma vez que “exigir níveis de chegada iguais para diferentes pontos de partida é de fato exclusão” (LIBÂNEO, 2008, p.174). Nesse cenário, pensar o cenário nacional e global em conexão permite o alargamento do escopo teórico que sustentará pesquisas empíricas acerca do fenômeno da universidade no Brasil no século XXI.

O fenômeno da globalização conduziu a uma convergência política que orienta medidas semelhantes em diferentes países. “No Brasil, além de muitas especificidades acima apontadas, o contexto de transição, na educação superior, está sendo marcado pela expansão acelerada, por políticas de diversificação, pela privatização e por tendências democratizantes, comandadas pela centralização estatal” (MOROSINI, 2014, p. 387). Nesse sentido, parece interessante o entendimento das contradições desse processo de expansão universitária a partir de diferentes possibilidades, desde a intencionalidade governamental, movimentos de pressão pública via movimentos sociais organizados, chegando até a construção dos projetos acadêmicos inclusivos nesse contexto de emergência de novos modelos formativos no âmbito da Educação Superior (PEREIRA, 2015). Nesse aspecto, “os contextos emergentes ocupariam um espaço de transição entre um modelo tipo ideal weberiano de educação tradicional e um outro de educação superior neo-liberal” (MOROSINI, 2014, p. 386).

O Brasil viveu um processo de expansão das matrículas da Educação Superior na última década (2007/2017). Um aspecto peculiar dessa expansão recente é o papel do Estado (Governo Federal) no planejamento e execução de políticas públicas que partiram do seguinte diagnóstico: o sistema de Educação Superior brasileiro chega ao século XXI de forma elitizada, privada e concentrado nas áreas metropolitanas.

Com base nesse diagnóstico originado de cenário produtor de tímidos percentuais de estudantes no nível superior, o Estado Brasileiro, durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), aprofundou e implementou um conjunto de políticas com os seguintes objetivos: a) expandir o acesso; b) fomentar as instituições públicas; c) interiorizar a oferta.

Junto ao Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) como mecanismo de seleção às vagas universitárias, as principais políticas públicas desenvolvidas no referido período foram: 1) 2004: Programa Universidade para Todos (ProUni); 2) 2005: Universidade Aberta do Brasil (UAB); 3) 2007: Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI); 4) 2001: Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES).

Destaca-se que o REUNI é uma política pública que integra o atual contexto emergente da Universidade brasileira, permitindo a expansão do sistema público e gratuito de Educação Superior. Ao incentivar a criação de novos *Campi* de Universidades já existentes e de instituições inteiramente novas, essa política potencializa novas experiências acadêmicas. A expansão de universidades federais, via REUNI, acontece de forma concomitante ao ProUni, programa esse que gerou muitas críticas na medida em que beneficia, pela compra de vagas, as instituições privadas (LEHER, 2010).

Neste descompasso entre a expansão do sistema e o financiamento para subsidiar as instituições de Educação Superior, o processo expansionista em curso ampliou, de forma expressiva, o contingente de estudantes universitários no Brasil, em especial, de segmentos sociais historicamente excluídos deste nível de ensino, o que caracteriza aspecto constitutivo de um contexto emergente. Contextos emergentes podem ser compreendidos como “configurações em construção na educação superior observadas em sociedades contemporâneas e que convivem em tensão com concepções pré-existentes, refletoras de tendências históricas” (RIES, 2013).

Dessa forma, ao considerar o sistema universitário brasileiro em conexão com os processos em nível internacional, potencializam-se análises comparadas que possibilitam a construção de sínteses mais abrangentes acerca do fenômeno investigado, considerando o contexto emergente (CERDEIRA, 2016) que está na agenda da comunidade científica. Em destaque, interessa situar o cenário brasileiro no contexto emergente latino-americano (LEITE; GENRO, 2012; ZITKOSKI, 2013).

Nessa perspectiva, o presente artigo tem como foco privilegiado de discussão os modos como têm operado projetos de expansão e democratização do acesso à Educação Superior, apostando em novos arranjos universitários a partir do fomento estatal. Para tanto, são tomadas como foco de discussão as questões referentes à universidade brasileira em suas interfaces com o contexto emergente, compreendendo que “à medida que os contextos emergentes se fortificam também se fortifica o conceito de equidade na educação superior”. (MOROSINI, 2014, p. 393). O objetivo é investigar de que forma a Educação Superior vem se constituindo no Brasil, considerando o panorama histórico remoto e recente, com destaque ao cenário pós-LDB/1996.

Para tal, a primeira fase da investigação constitui-se de uma revisão da literatura produzida no Brasil em um estudo de natureza histórica e de uma análise dos discursos que permearam o campo da Educação Superior nas últimas décadas a partir da realização de uma pesquisa de Estado do Conhecimento no SciELO e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Na segunda etapa da investigação, foi realizado exercício investigativo exploratório por meio do envio de questionário *on-line*, considerando como contexto empírico os espaços universitários da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) e Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB).

Nessa direção, no presente artigo, há um significativo interesse em tratar tais questões desde a perspectiva dos agentes envolvidos, da mesma forma que se busca problematizar as condições de emergência que tornam possível a existência de políticas voltadas para esse nível de ensino, assim como seus efeitos. Estão aí incluídas temáticas vinculadas às políticas educacionais democratizantes, às pautas políticas do capitalismo em contextos emergentes, assim como a recepção de programas de inclusão e as relações entre educação, Estado e sociedade. Em particular, o foco analítico recairá sobre a expansão e as possibilidades de democratização desse nível de ensino, considerando o papel indutor do Estado a partir de políticas públicas.

Método

Para contribuir para o aprofundamento da compreensão sobre as questões que envolvem a Democratização da Educação Superior no Contexto Emergente, foi realizada uma pesquisa de Estado do Conhecimento em dois dos principais repositórios digitais do país: SciELO e Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). O objetivo principal dessa etapa da pesquisa foi conhecer o que vem sendo publicado sobre Democratização da Educação Superior nessas bases de dados nas últimas duas décadas (2000-2020).

Integram, ainda, os objetivos previstos nesse levantamento bibliográfico (i) discutir as principais questões que envolvem, relacionam e aproximam o Contexto Emergente e as políticas de Democratização da Educação Superior no Brasil; e (ii) propor categorias de análise a partir de pontos de convergência que possam traçar um panorama da discussão sobre Democratização da Educação Superior em artigos acadêmicos das principais revistas eletrônicas do país e em teses e dissertações defendidas nos Programas de Pós-Graduação do Brasil.

A definição do conceito de Estado do Conhecimento passa pela compreensão de um estudo que pode ser tanto qualitativo quanto quantitativo, que diz respeito ao percurso e ao contingente da produção científica sobre um assunto que se busca conhecer, alinhando conexões com um conjunto de outras variáveis, como ano de publicação, temáticas e periódicos (UNIVERSITAS, 2002). Igualmente trata-se de uma pesquisa de Estado do Conhecimento porque não teve a pretensão de contemplar todas as publicações no campo de

estudos sobre Democratização da Educação Superior no Brasil, mas apenas um recorte de tal produção, uma vez que Estado do Conhecimento, segundo Morosini e Fernandes (2014, p. 155), consiste na “identificação, registro, categorização que levem à reflexão e síntese sobre a produção científica de uma determinada área, em um determinado espaço de tempo, congregando periódicos, teses, dissertações e livros sobre uma temática específica”.

A pesquisa de Estado do Conhecimento foi realizada, então, no SciELO e na BDTD com os descritores Democratização e Educação Superior, delimitando sua localização aos títulos das publicações entre 2000 e 2020. A partir dessa busca, que totalizou 24 publicações, os resultados da pesquisa apontam para uma tendência de pesquisas que versam sobre os impactos de políticas públicas democratizantes de inclusão, acesso e permanência nas universidades no contexto emergente, os quais serão discutidos na seção das análises desse artigo.

Para a segunda parte da pesquisa, a ênfase do trabalho recaiu sobre as recentes instituições universitárias públicas federais brasileiras. O trabalho de escuta com seus atores torna-se interessante do ponto de vista analítico, sendo realizado procedimento de pesquisa com base na caracterização exploratória, compreendendo que essa estratégia metodológica seria pertinente no percurso do projeto de pesquisa empreendido, principalmente por estar ainda na sua fase inicial (GIL, 2010). Portanto, “este tipo de investigação, por exemplo, não exime a revisão da literatura, as entrevistas, o emprego de questionários, etc., tudo dentro de um esquema elaborado com a severidade característica de um trabalho científico” (TRIVIÑOS, 2011, p.109-110).

Precedida da fase de levantamento de fontes e adensamento teórico-conceitual, a etapa exploratória foi planejada para o término da primeira fase da pesquisa. Dessa forma, interessava a diversificação de experiências em torno do objetivo de análise (universidades emergentes) com a possibilidade de apreensão de alguns sentidos provenientes de entrevistas com docentes em exercício na carreira do magistério superior.

Assim, se constituiu instrumento de pesquisa em documento *on-line* e se procedeu à construção de amostra não probabilística de tipo intencional. Também conhecida por amostra de julgamento, está baseada no discernimento criterioso por parte de quem pesquisa para os melhores resultados possíveis da investigação. Então, “a seleção de amostras intencionais ou por julgamento são realizadas de acordo com o julgamento do pesquisador. Se for adotado um critério razoável de julgamento, pode-se chegar a resultados favoráveis” (OLIVEIRA, 2001, p. 4).

A constituição do grupo de entrevistados(as) atendeu aos critérios de julgamento dos pesquisadores envolvidos, considerando os seguintes aspectos: (a) ser docente de carreira em exercício em universidade federal criada nos anos 2000; (b) aceitar os termos da pesquisa e entender seu caráter exploratório; (c) não se identificar (critérios éticos) e proceder as respostas ao questionário no *Google Drive*.

Ainda que a aplicação de questionários via plataforma virtual seja, cada vez mais, uma realidade na produção de conhecimento (FALEIROS *et al*, 2006), é típica a exposição a novas situações que alteram os cenários mais usuais em entrevistas como técnica de pesquisa no campo das ciências humanas e sociais, particularmente na sociologia da educação (ZAGO, 2011).

Nesse sentido, optou-se, dentro do escopo desta etapa de investigação, a realização de questionário enxuto, com questões abertas e fechadas, totalizando sete questões. O questionário foi enviado à amostra intencional composta por três (3) docentes das seguintes universidades: UNILAB, UNIPAMPA e UFSB. Cada colega representa uma nova universidade em atuação em duas regiões do país (Sul e Nordeste) e foi caracterizado(a), respectivamente, por docente DOC1, DOC2 e DOC3.

Para análise dos resultados da pesquisa exploratória, foram empreendidos esforços pela compreensão da teia de significações entre as produções discursivas das temáticas contemporâneas referentes à Educação Superior em investigação e as dimensões praticadas pelos indivíduos. Para tal, a etapa final, então, foi a análise dos dados, apoiada na Análise de Conteúdo, de Lawrence Bardin (2011). Esta metodologia é dividida em três etapas: 1) Pré-análise: consiste num período organizacional, no qual é definido o material a ser submetido à análise; as hipóteses sobre os resultados a serem obtidos; o objetivo no qual se propõe chegar analisando as respostas; e a categorização de elementos essenciais que fundamentem a interpretação final; 2) Exploração do material: esta etapa corresponde à aplicação propriamente dita dos termos definidos na pré-análise; 3) Tratamento dos resultados obtidos e interpretação: após o material já ser explorado, o seguinte passo é analisar os resultados, podendo gerar gráficos, diagramas, quadros, figuras, de acordo com os elementos fundamentais extraídos e, por fim, interpretar os dados a fim de confirmar ou refutar as hipóteses iniciais, ou criar novos vieses de análise.

Dada a natureza da pesquisa empreendida, não são possíveis generalizações do universo em análise; contudo, dentro dos propósitos da investigação em andamento, cabem reflexões acerca de evidências que emergiram do levantamento realizado a partir das experiências de docentes envolvidos(as) no contexto laboral de novas instituições universitárias no Brasil.

Resultados

A democratização da Educação Superior é tema recente nas produções acadêmicas, uma vez que são tardias as iniciativas de acesso à universidade por populações historicamente excluídas desses espaços. No contexto dos dez anos da REUNI, dados do Censo de Educação Superior 2016 (BRASIL, 2017) são ilustrativos dessa dimensão quantitativa em termos progressivos vivenciada no Brasil na última década. Os dados oficiais apontam para um crescimento nas taxas brutas e líquidas, assim como no total das matrículas que chega a 8.052.254, representando um aumento de 62,8% no período, com uma média anual de 5% de

crescimento. Mesmo diante do aumento do número de instituições públicas na última década, as de caráter privado continuam majoritárias, totalizando cerca de 75,3% (3/4) das matrículas nos cursos de graduação no país. Em relação à taxa bruta de matrícula na Educação Superior, dados de 2015 indicam que é 34,6%, muito aquém da meta prevista de 50% até 2024 no Plano Nacional de Educação (PNE). O percentual da taxa líquida, considerando a população de 18 a 24 anos, é de 18,1%, também bastante abaixo da Meta do PNE para 2024 que é de 33%.

Assim, a possível democratização da Universidade brasileira é um processo que deve se constituir observando indicadores quantitativos, provenientes das políticas de acesso, assim como indicadores qualitativos, potencializando a permanência dos(as) estudantes e novos arranjos de gestão e de currículo universitário. Por isso, entende-se que o atual contexto brasileiro sinaliza para o que chamamos de “democratização inconclusa”, em que a expansão de matrículas melhorou indicadores (taxas bruta e líquida) em meio a grandes desafios à permanência estudantil em quadros de evasão (ZAGO; PAIXÃO; PEREIRA, 2016).

Questões referentes ao acesso e à permanência de estudantes na Educação Superior por intermédio de políticas públicas são temas recorrentes nas produções acadêmicas voltadas ao estudo da democratização das universidades. Aspectos envolvendo inclusão, impacto, cotas, equidade e qualidade são predominantes nos estudos de pesquisadores interessados pela temática. Tais constatações emergem de uma pesquisa de Estado do Conhecimento, que se constituiu como primeira etapa metodológica do presente estudo e, nessa direção, buscou traçar um panorama do que vem sendo publicado sobre Democratização da Educação Superior, uma vez que permite conhecer a forma como este tema de investigação vem sendo tratado em pesquisas recentes, identificando abordagens e recorrências de tais pesquisas.

Este método de levantamento de documentos publicados sobre determinado assunto é conhecido como Estado do Conhecimento e pode ser conceituado como “identificação, registro, categorização que levem à reflexão e síntese sobre a produção científica de uma determinada área, em um determinado espaço de tempo, congregando periódicos, teses, dissertações e livros sobre uma temática específica” (MOROSINI; FERNANDES, 2014, p.151).

Com esse objetivo, realizou-se o Estado do Conhecimento na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e no *The Scientific Electronic Library Online* (SciELO), respeitando como critérios a presença dos descritores “democratização” e “Educação Superior” no título dos artigos, das teses e das dissertações em língua portuguesa, bem como o recorte de tempo nessa modalidade de busca avançada pelo período compreendido entre 2000-2020. A escolha desses repositórios de pesquisas se deu pela relevância do seu impacto no meio acadêmico e pelo seu vasto repertório de publicações, bem como pela possibilidade de busca avançada, a qual possibilita a delimitação de temas, idiomas, autores, tipos de documento e período de publicação da pesquisa, facilitando, assim, a localização de trabalhos relacionados aos assuntos pretendidos.

Os resultados da busca identificaram um total de 24 publicações, sendo 13 dissertações, 8 artigos e 3 teses que continham as palavras-chave “democratização” e “Educação Superior” em seus títulos, sendo que a primeira publicação data do ano de 2004 e a última de 2019.

Quadro 1. Distribuição das publicações por repositórios

REPOSITÓRIO	TERMO PESQUISADO	TÍTULOS ENCONTRADOS	CAMPO PESQUISADO
BDTD	Democratização + Educação Superior	16	Título
SciELO	Democratização + Educação Superior	08	Título

Fonte: Elaborado pelos autores.

Após a construção do *corpus* de análise a partir desta pesquisa, uma “leitura flutuante” permitiu a construção da Bibliografia Anotada, Bibliografia Sistematizada e Bibliografia Categorizada dos documentos encontrados (MOROSINI; NASCIMENTO, 2017). É nessa direção que um Estado do Conhecimento, segundo Morosini e Nascimento (2017), permite o levantamento de publicações recentes através de uma organização destes documentos em três etapas: a Bibliografia Anotada, que corresponde à organização da referência bibliográfica completa dos resumos das publicações; a Bibliografia Sistematizada, que se refere à organização destas informações de forma mais específica, subdividindo a tabela em itens de análise, como título, ano de publicação, autor; e, por fim, a Bibliografia Categorizada, que trata da organização dos documentos em blocos temáticos, ou seja, a partir do estabelecimento de categorias de análise destas informações.

Assim, na primeira etapa, os documentos encontrados foram organizados via Bibliografia Anotada, sendo que, para tal, foram analisados apenas os resumos desses trabalhos. Nessa etapa, como pode ser visualizado no Quadro 2, ocorre a transcrição e a organização da referência bibliográfica completa dos resumos dos trabalhos.

Quadro 2. Modelo de análise da Bibliografia Anotada

Nº	Autor	Título	Resumo
Referência completa do documento			
01			

Fonte: Elaborado pelos autores.

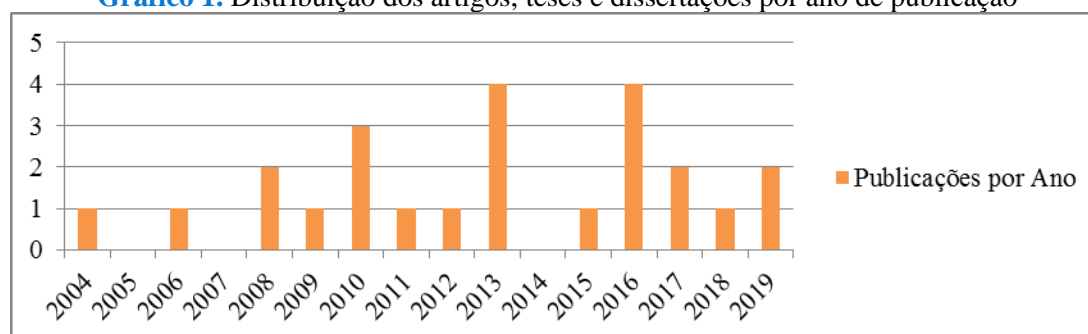
Num segundo momento, esses resumos passam por um processo de análise, sendo deles extraídas, nessa etapa nomeada como Bibliografia Sistematizada, algumas informações, como ano de publicação, nome do autor, instituição de origem, título da pesquisa, objetivos, metodologia utilizada para a construção de dados, além dos resultados encontrados e conclusões da pesquisa.

Quadro 3. Modelo de análise da *Bibliografia Sistematizada*

N°	Ano	Instituição	Autor	Título	Objetivos	Metodologia	Resultados	Conclusões
01								

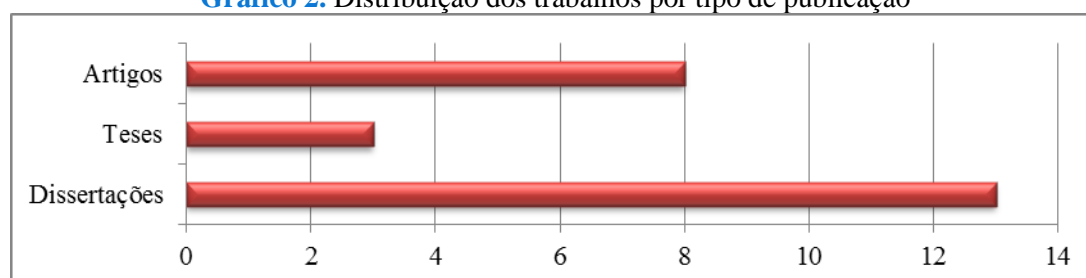
Fonte: Elaborado pelos autores.

A partir da construção desse quadro, com conseqüente análise dessas informações, foram construídos gráficos para apresentar um panorama sobre essas publicações que abordam o tema da Democratização da Educação Superior.

Gráfico 1. Distribuição dos artigos, teses e dissertações por ano de publicação

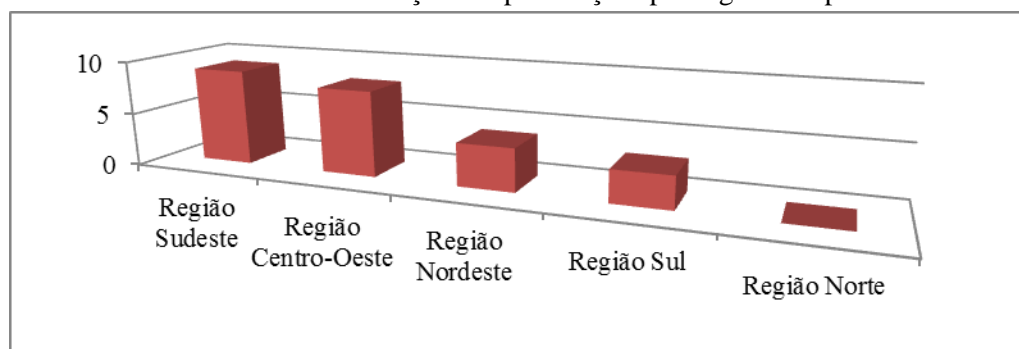
Fonte: Elaborado pelos autores.

De acordo com o Gráfico 1, o maior número de publicações na BDTD e no SciELO ocorreu nos anos de 2016 e 2013, com 4 trabalhos cada, seguido do ano de 2010 com 3 produções acadêmicas. Assim, pode-se dizer que estamos nos referindo à temática que vem sendo foco de investigações científicas apenas nos últimos 15 anos, já que, mesmo a busca tendo ocorrido em publicações que datassem do ano de 2000, apenas em 2004 foi publicado o primeiro trabalho sobre esse assunto nos dois repositórios de busca. Já quanto ao tipo de publicação, podemos observar a classificação abaixo.

Gráfico 2. Distribuição dos trabalhos por tipo de publicação

Fonte: Elaborado pelos autores.

Pelas informações presentes no Gráfico 2, observamos que o maior número de publicações se refere a Dissertações (13) seguido de Artigos (8) e Teses (3). Os autores dessas produções publicaram seus trabalhos a partir de Instituições de Educação Superior (IES) localizadas em quatro das cinco regiões do país.

Gráfico 3. Distribuição das publicações por regiões do país

Fonte: Elaborado pelos autores.

Considerando as regiões do Brasil onde mais foram publicadas produções acadêmicas sobre Democratização da Educação Superior, as regiões Sudeste (9) e Centro-Oeste (8) revelam maior interesse pela temática. Nas regiões Nordeste (4) e Sul (3), também foram publicados artigos, dissertações e teses sobre o assunto. Não foram encontrados trabalhos de autoria de pesquisadores pertencentes a instituições da região Norte do país. Quanto às IES às quais são filiados os autores, a Universidade de Brasília (UnB) desponta com 5 dessas 24 publicações.

Quanto às questões metodológicas dos 24 artigos, teses e dissertações, 11 são nomeados por seus autores como Estudo de Caso, uma vez que buscam investigar a temática a partir da análise de um contexto bem específico, tal como, majoritariamente, a implantação de políticas públicas, de ações afirmativas ou de iniciativas institucionais de acesso e de permanência de estudos nas próprias IES onde trabalham. Aqui também a UnB aparece como local de pesquisa de 5 trabalhos, não havendo nenhuma outra repetição de *lôcus* de investigação entre as pesquisas. Já as demais publicações estão voltadas a discussões menos focalizadas em determinados espaços, trazendo à baila um debate mais amplo sobre a Democratização da Educação Superior num contexto nacional.

Em relação à abordagem metodológica, há um predomínio da Abordagem Quantitativa, sendo essa nomeada por 8 autores. Por fim, o percurso metodológico mais frequente utilizado nessas investigações constitui-se de Pesquisa Bibliográfica, Análise de Dados Estatísticos, Análise Documental e Pesquisa de Campo, sendo essa última colocada em prática a partir da realização de entrevistas e do envio de questionários, ambos analisados prioritariamente pela via da Análise de Conteúdo. Quanto aos sujeitos da pesquisa, ressalta-se a participação de gestores/dirigentes institucionais e de estudantes que ingressaram nas IES por meio de políticas de acesso (PROUNI, REUNI, FIES, ENEM) e de ações afirmativas, como cotas raciais, sociais e para estudantes de escolas públicas.

Já a análise dos demais tópicos do quadro da Bibliografia Sistemática, tais como Objetivos, Resultados e Conclusões dos estudos, nos possibilita pensar naquilo que há de aproximações e distanciamentos em relação aos enfoques e às abordagens dessas produções acadêmicas quando discutem a Democratização da Educação Superior. Nesse contexto, é possível traçar aqui algumas categorias de análise das 24 publicações.

Para tal, adentramos a terceira e última etapa de uma pesquisa de Estado do Conhecimento. Nessa etapa, tal como segue, é construído o quadro da Bibliografia Categorizada.

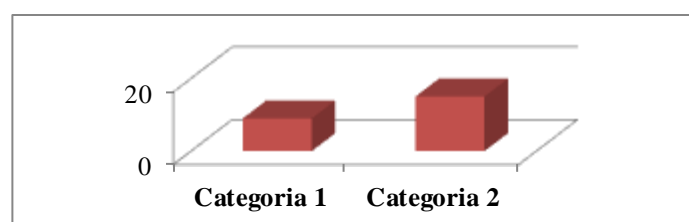
Quadro 4. Modelo de análise da Bibliografia Categorizada

CATEGORIA 1 –									
Nº	Ano	Instituição	Autor	Título	Objetivos	Metodologia	Nível	Resultados	Conclusões
1									

Fonte: Elaborado pelos autores.

De acordo com Morosini e Nascimento (2017), Bibliografia Categorizada é compreendida como organização dos documentos em blocos temáticos, ou seja, a partir do estabelecimento de categorias de análise destas informações. Assim, a Bibliografia Categorizada, como o nome já infere, diz respeito a uma análise mais aprofundada do conteúdo das publicações e seleção do que podemos chamar de unidades de sentido, ou seja, palavras-chave ou temáticas representativas de um conjunto de publicações. Nessa direção, construímos duas categorias.

Gráfico 4. Distribuição das publicações por categorias



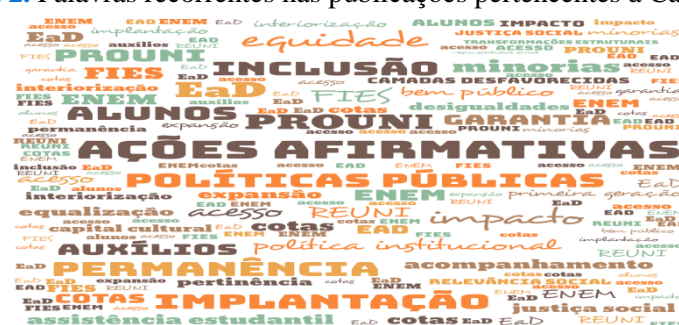
Fonte: Elaborado pelos autores.

Na categoria 1, intitulada Educação como mercadoria, estão aqueles artigos, teses e dissertações que trazem para discussão o processo de globalização, de mercantilização e de submissão das universidades às recomendações de agências transnacionais, alertando para a existência de fatores externos que são determinantes nas políticas educacionais nacionais. O debate sobre qualidade, eficiência, internacionalização, excelência surgem aqui como lembrete de que políticas democratizantes nascem de acordos internacionais que devem ser cumpridos na exata medida de exigências determinadas por agentes da economia globalizada. Como veremos na Figura 1, há outras palavras-chave que fazem parte do repertório linguístico dessas produções acadêmicas.

promove um descomprometimento com o direito a uma educação pública e de qualidade e, assim, “autoriza a hipótese de que a educação superior, no Brasil, vive um intenso processo de transformação de um direito em mercadoria” (SGUISSARDI, 2015, p. 1).

Na categoria 2, intitulada Educação como bem público, estão as publicações da BDTD e do SciELO, disponibilizadas nesses repositórios no período de 2000-2020, que fazem uma análise dos objetivos, da implementação e do impacto de políticas de democratização na Educação Superior, colocando foco na investigação das condições de acesso e de permanência desses estudantes nas universidades brasileiras. Nessa categoria de trabalhos estão predominantemente pesquisas que envolvem estudos de caso colocados em prática a partir da entrega de questionários e da realização de entrevistas com coordenadores de curso, professores, gestores institucionais e de associações, bem como, e especialmente, de alunos cotistas que ingressaram nas universidades através de políticas de democratização da Educação Superior. Nos resumos desses trabalhos, encontramos com frequência as seguintes palavras-chave:

Figura 2. Palavras recorrentes nas publicações pertencentes à Categoria 2



Fonte: Elaborado pelos autores.

É possível dizer que essa categoria é predominante quando há discussão acadêmica sobre Democratização da Educação Superior. Assim sendo, o debate sobre como as IES de diferentes regiões do Brasil estão construindo (ou não) iniciativas voltadas à permanência desses estudantes é a mais frequente no debate sobre essa temática. Essa curiosidade aparece como objetivo em 15 dos 24 artigos, teses e dissertações aqui em análise, mostrando uma recorrência de estudos que almejam conhecer, acompanhar e avaliar as ações, os avanços, as dificuldades e os impactos, especialmente do REUNI, do FIES e do PROUNI, nas instituições e na trajetória acadêmica dos estudantes.

Assim, buscam, tal como a dissertação de Oliveira (2019), “problematizar como ocorre a materialização dessas políticas” nas IES, analisando se as políticas institucionais de assistência estudantil estão garantindo “as condições de permanência aos estudantes que ingressam pelo sistema de cotas sociais” (OLIVEIRA, 2019, p. 7). Nessa direção, são objetivos recorrentes nesses estudos: “analisar os problemas e limites dessas políticas, sobretudo no que se refere à inclusão das camadas desfavorecidas socialmente e das minorias étnicas nos cursos de alta demanda/alto prestígio social” (PAULA, 2017, p. 9).

As pesquisas agrupadas nessa categoria são unânimes em valorizar as iniciativas e políticas governamentais e institucionais voltadas à Democratização da Educação Superior, pois entendem que tais iniciativas contribuiriam sobremaneira para justiça social e para inclusão social de contingentes de pessoas historicamente excluídas dos espaços universitários. Concordam que a educação é um bem público ao qual todos têm direito, sendo dever do Estado criar e oferecer condições para tal. No entanto, todos esses estudos apontam que “as políticas públicas de democratização devem ir muito além das ações focadas no aumento de matrículas e de inclusão social. A democratização requer [...] assegurar boas condições de permanência do estudante nos cursos” (DIAS SOBRINHO, 2010, p. 1). Nessa direção, após análise de dados, que, em sua maioria, se referem à Análise de Conteúdo dos textos de documentos, de respostas aos questionários e de transcrições de entrevistas, são recorrentes esse tipo de achados quanto às políticas nacionais de acesso e às políticas institucionais de permanência:

Quadro 5. Resultados e conclusões de estudos pertencentes à Categoria 2

“a trajetória nem sempre vem acompanhada de uma política institucional que contribua para a permanência desses alunos na universidade” (KRAINSKI, 2013, p. 6).
“a ampliação do acesso foi maior que a garantia da permanência” (OLIVEIRA, 2016, p. 6).
“observou-se discreta evolução no quantitativo de ingressantes oriundos de escolas públicas, sobretudo em cursos de baixo prestígio social, sugerindo que a condição socioeconômica do indivíduo continua exercendo influência direta quanto ao lugar a ser ocupado pelo aluno dentro da universidade e desconstruindo a ideia de democratização pelo acesso” (LOURENÇO, 2016, p. 6).
“em virtude, principalmente, da quantidade limitada de vagas para acesso aos programas, essa política não atende a todos os estudantes que a requisitam, mostrando-se insuficiente para garantir a permanência desse perfil docente” (OLIVEIRA, 2019, p. 7).
“A concepção de democratização presente no REUNI dentro da instituição está posta com enfoque no acesso, desconsiderando a necessidade de garantia da permanência [...] o financiamento disponibilizado para a expansão proposta não é proporcional às atividades implementadas [...] não se observou uma tendência francamente democratizante no sentido de inclusão social e de distribuição de qualidade acadêmica independente dos condicionantes sociais” (MELO, 2011, p. 7).
“Apesar de terem sido constatados alguns resultados positivos na democratização do acesso [...] a pesquisa sugere que a democratização do acesso à educação superior [...] não passa somente pela simples expansão de vagas, mas requer medidas mais precisas em termos de inclusão social, como alteração do modelo de seleção, fortalecimento no ensino médio e apoio pedagógico” (MELO, 2009, p. 7).
“a) ainda há espaço para maiores investimentos; b) as origens sociais dos estudantes da amostra revelam baixas credenciais nos capitais cultural e econômico; c) são necessários programas que resgatem o prestígio social e a imagem dos educadores” (LORENZET, 2016, p. 9).
“conclui- que, na prática, não foram consolidadas formas efetivas para o exercício e gozo de direitos estabelecidos por Lei. Tal fato pode ser observado na ausência de intervenções públicas junto as IES jurisdicionadas ao Sistema. Com o engessamento da norma, a implantação da Lei de Cotas na educação superior [...] deu-se de forma limitada” (QUEIROZ, 2008, p. 10).
“o incremento das políticas de acesso e de assistência estudantil, com aumento de vagas e ingressantes, não tem sido acompanhado da permanência dos estudantes no sistema, de taxas de diplomação e de conclusão dos cursos de graduação decrescentes, nos últimos anos. [...] problematizar a inclusão de novos perfis de estudantes me um modelo de universidade que, em grande medida, não se alterou” (PAULA, 2017, p. 1).

Fonte: Elaborado pelos autores.

Diante desses dados, o cenário que se coloca é de que é necessário o aprimoramento das ações e das políticas institucionais de permanência e de acompanhamento desses estudantes pelas universidades, viabilizadas via acréscimo significativo de investimentos públicos na manutenção dessas políticas de acesso. Políticas essas que, enquanto não promoverem a permanência com qualidade, pertinência e relevância social, seguirão caracterizadas apenas como políticas de acesso, e não como políticas de democratização da Educação Superior.

Assim, o processo de análise do cenário educacional aberto pelas novas universidades públicas fornece interessantes pistas sobre o denominado contexto emergente, no qual o campo empírico volta-se aos novos arranjos universitários em desenvolvimento desde o início do século XXI no Brasil.

Na segunda etapa da nossa investigação, que se refere à pesquisa empírica sobre a temática, a entrada em exercício dos(as) docentes participantes variou entre 2014 e 2017, indicando que a experiência nas novas instituições está de acordo com o período posterior ao estágio probatório de três anos. Em relação à área de conhecimento em que atuam, as respostas foram: Ciências Sociais e Humanas, Ciências Humanas – Educação e Ciências Sociais Aplicadas. Isso significa que há certa homogeneidade em termos de campo de atuação, o que fica explicitado pela formação em termos de graduação dos(as) docentes: Ciências Sociais, Pedagogia e Filosofia.

Nossa amostra é composta de colegas com doutorado e com dedicação exclusiva (DE) nas suas instituições. No momento das respostas, vivíamos o contexto da Pandemia de Covid-19 causada pelo novo coronavírus (*Sars-CoV-2*), o que remeteu as atividades acadêmicas ao universo remoto/virtual com o apoio de tecnologias de internet. Portanto, o uso de questionário *on-line* foi, por um lado, algo pertinente dentro da situação e das distâncias físicas, mas, por outro lado, contribuiu para a intensificação do trabalho docente em tempos de indeterminação dos espaços cotidianos (tempo trabalho, lazer, convivência etc.).

Há em vigor o que podemos chamar de uma “cruel pedagogia do vírus” (SANTOS, 2020) que redimensiona todas as esferas da sociabilidade humana, potencializando contradições e lacunas. Em especial, dentro do tema em tela, destaca-se que o ensino remoto em contextos emergentes provenientes da recente expansão universitária pode aprofundar desafios, entre outros, quanto à evasão. Esse tema vem desafiando as novas instituições em seu processo de consolidação (PEREIRA; REIS, 2020).

Considerando esse contexto, este levantamento exploratório estava inicialmente programado para uma amostra intencional que envolvesse colegas docentes das cinco regiões do país. Contudo, sem maiores prejuízos, a possibilidade de pesquisa gerou as três participações mencionadas. Sabe-se que entre a parte de construção do projeto de pesquisa (arquitetônica) e a sua efetivação há variáveis nem sempre controladas pelo(a) pesquisador(a). Dessa forma, esse levantamento exploratório não permite generalizações para o universo pesquisado (universidades emergentes), mas levanta questões pertinentes à continuidade das pesquisas.

Conforme destacado, entende-se por democratização universitária a síntese possível da dialética do acesso e permanência estudantil, tendo em perspectiva transversal os processos de ingerência política interna (envolvendo docentes, TAEs e comunidade externa) e a relação com as instâncias normativas (Ministério da Educação/Governo Federal). Assim, é interessante de se examinar as respostas acerca das principais políticas de acesso à universidade.

Processo Seletivo de Estudantes Estrangeiros (PSEE), destinado aos PALOPs - Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa [DOC1]

Plano de permanência - auxílio moradia, auxílio alimentação [DOC2]

1. Reserva de vagas (cotas) para estudantes oriundos de escolas públicas. Há 75% das vagas reservadas para quem ingressa através do SISU e 85% das vagas para quem ingressa através dos Colégios Universitários (CUNI) vinculados aos *Campi*. 2. Além das vagas para estudantes de escolas públicas previstas na Lei de Cotas, a universidade oferece vagas supranumerárias para o ingresso de estudantes indígenas, quilombolas, ciganos, travestis, transexuais e transgêneros. 3. A UFSB também busca avançar na inclusão e permanência da pessoa com deficiência no ensino superior. Para isso, a instituição investe na aquisição de equipamentos de tecnologias assistivas e no acompanhamento de necessidades psicopedagógicas diversas [DOC3]

Pode-se observar que estão presentes elementos associados ao debate sobre ações afirmativas no acesso à universidade, foco, conforme destacado, de expressiva bibliografia no último período. Questões relacionadas à diversidade cultural/étnica, à internacionalização e à manutenção material da vida (auxílios) estão presentes, sugerindo que as novas universidades emergentes têm projetos sensíveis a este público de tipo “novo” que passa a frequentar com mais força os *Campi*.

Contudo, em pergunta orientada pela Escala Likert, se indagou: “Quanto ao acesso à universidade, como você classificaria sua instituição?” e se dispôs em escala de 1 (pouco inclusiva) a 10 (muito inclusiva) para que fosse assinalada. Foram marcados os números 3, 6 e 10. Percebe-se como, apesar de alguns importantes avanços em políticas de acesso e permanência estudantil e diversidade, ainda existe a constatação de que as instituições universitárias não conseguem suprir adequadamente as demandas de inclusão que a sociedade atual conquistou não isenta de contradições.

Na mesma linha, também com a mesma aposta metodológica da questão anterior, se perguntou: “Sobre a permanência estudantil e os índices de evasão, como classifica sua universidade?” – 1 (alta evasão) a 10 (baixa evasão). As respostas indicaram o quanto a evasão é um fenômeno que desafia o sistema de educação universitária no Brasil e, em destaque, as novas instituições. Foram assinalados na escala os números 1, 6 e 8. Colegas das universidades nordestinas percebem suas instituições um pouco mais inclusivas do que seu par do sul. Essas assimetrias regionais são muito presentes no sistema universitário brasileiro (TREVISOL, 2015) e se apresentam de forma diversificada entre as instituições tradicionais situadas nas capitais e áreas metropolitanas e as em atuação nas regiões interioranas.

Por fim, encerrando nosso levantamento inicial de tipo exploratório, se perguntou: “Quais são os principais desafios para a democratização com qualidade das novas universidades públicas no Brasil?”. As respostas nos fornecem interessantes pistas.

A democratização é um processo, nesse sentido há a necessidade de um permanente olhar atento as desigualdades e formas de produção das desigualdades para atuar contra esses mecanismos constantes. A democratização com qualidade deve estar atrelada a diversidade. Sem a diversidade não há democratização. As políticas de acesso e permanência são fundamentais para a democratização. Contudo, as políticas de permanência além de bolsas devem alavancar experiência e protagonismo estudantil no sentido de uma formação significativa que permita a colocação posterior no mercado de trabalho ou a continuação nos estudos e pesquisas [DOC1]

Políticas de assistência estudantil com monitoramento das condições dos estudantes [DOC2]

Investimento financeiro em bolsas permanência, bolsas de iniciação científica e tecnológica, apoio a projetos de extensão, bolsas de iniciação à docência e outros tipos de bolsas. - Investimento financeiro para instalação/ampliação/melhoria da infraestrutura física e tecnológica dos *Campi* e colégios universitários. - Investimento na capacitação de novos profissionais (mestrado, doutorado e pós-doutorado) comprometidos com a educação crítica, cidadã e transformadora para atuarem nas universidades públicas [DOC3]

Os posicionamentos dos(as) colegas respondentes da investigação exploratória ratificam a conceituação de democracia universitária numa relação sinérgica entre acesso e permanência. O acesso à Educação Superior, enquanto dimensão quantitativa, parece uma tendência no cenário brasileiro, ainda que o passivo histórico de contradições no prolongamento escolar em contexto de forte desigualdade social seja muito desafiador (ZAGO, 2006).

Diante dessa situação, as políticas de permanência estudantil se constituem em estratégia essencial para o processo de democratização da universidade brasileira, tendo em vista que a matrícula de mais estudantes de origem popular nas instituições acadêmicas expõe as fissuras do tecido social do país. Portanto, políticas expansionistas como o REUNI, ainda que fomentadora de mais oportunidades em universidades públicas e gratuitas, assim como bolsas integrais do ProUni, sem o devido aporte de políticas de permanência estudantil, mostram-se insuficientes para a democratização substantiva da universidade no Brasil.

As percepções de docentes de universidades emergentes que estão inseridas no processo de interiorização sugerem a continuidade da diversificação em termos de classe social, etnia e gênero dos *Campi* universitários, bem como o investimento agressivo na ampliação de bolsas e outros tipos de apoio à permanência estudantil. Junto a isso, assinalam a própria formação de novos quadros docentes na pós-graduação com a necessária sensibilidade social e formação científica para reinventar a universidade brasileira. Assim, para quem está na linha de frente do trabalho acadêmico no processo de interiorização e tentativa de massificação do sistema universitário, a democratização com qualidade é um processo que envolve investimentos diversos.

A análise das respostas (fase de tratamento dos resultados obtidos e interpretação) ao questionário aplicado em caráter exploratório apresenta indicativos na mesma direção observada nas demais pesquisas sobre o tema em pauta, ou seja, que o processo de democratização da Educação Superior no Brasil é um fenômeno inconcluso e com desafios históricos de acesso e permanência estudantil, assim como de financiamento e valorização da diversidade na universidade.

Considerações Finais

Inserido como resultado parcial de um projeto de pesquisa sobre a Educação Superior e(m) Contextos Emergentes, o presente artigo apostou em duas estratégias de investigação. No primeiro eixo analítico, realizou-se pesquisa de tipo Estado do Conhecimento nas bases SciELO e BDTD a partir dos termos “Democratização + Educação Superior”. Por sua vez, o segundo eixo analítico foi organizado em torno de uma pesquisa de tipo exploratório via questionário *on-line* com docentes de universidades federais criadas dentro do recente processo expansionista via a política pública do REUNI.

O trabalho procurou problematizar o cenário de expansão de vagas públicas na Educação Superior brasileira, refletindo acerca das contradições do acesso e permanência estudantil no limiar do século XXI. A revisão teórica permitiu caracterizar um interessante cenário de pesquisas que foram publicadas sobre o tema da democratização universitária, com destaque para o embate entre educação como mercadoria x educação como bem público. Essa categorização sinaliza para as tensões que acompanharam as políticas públicas que visaram à democratização do elitista sistema de Educação Superior Brasileiro.

Essas tensões presentes na literatura de referência foram observadas na pesquisa realizada com docentes em atividade nas universidades recentemente construídas no Brasil. O levantamento exploratório com professores(as) da UNILAB, UNIPAMPA e UFSB explicitou o investimento das novas universidades em ações afirmativas e diversificação curricular, ainda que também ficassem evidentes os desafios e contradições deste processo. Assim, pelas percepções dos(as) docentes, é possível percebermos um quadro muito desafiador em cenário atual de regressão do investimento público no sistema de Educação Superior.

A falta de garantias do aperfeiçoamento e aprofundamento das políticas de acesso e permanência nas universidades públicas, assim como a política de financiamentos e bolsas em instituições não estatais, sugere dificuldades de consolidação do projeto iniciado na primeira década do século XXI. O Brasil é um país muito desigual e sua estrutura socioeconômica reflete no prolongamento escolar, principalmente das classes populares. Dessa forma, sem a ação do Estado no fomento de oportunidades educacionais, a tendência é a reversão dos indicadores positivos verificados nas últimas duas décadas.

Outra questão que a análise bibliográfica e a pesquisa empírica exploratória demonstraram foi que o sucesso relativo das políticas de acesso não se sustenta sem sólido investimento em políticas de permanência estudantil. Dessa forma, ao falarmos de democratização da universidade, estamos tratando do acesso e da permanência de forma articulada. Conforme discutido, o fenômeno da evasão estudantil é um elemento que desafia a eficácia da expansão universitária.

Novas pesquisas devem seguir se debruçando sobre indicadores e percepções que conformam a Educação Superior no Brasil. Temas como políticas públicas educacionais, análise comparada com o contexto internacional, financiamento e currículo universitário seguirão na agenda de investigação. No horizonte, estudos sobre os impactos da redução de orçamento federal e da Pandemia de Covid-19 devem subsidiar a análise neste campo de pesquisa, sobretudo, as implicações para o contexto emergente.

Referências

AKKARI, Abdeljalil. **Internacionalização das Políticas Educacionais: Transformações e Desafios**. Petrópolis: Vozes, 2011. 143p. ISBN 9788532641588.

BARDIN, Lawrence. **Análise de Conteúdo**. 2. reimpr. São Paulo: Edições 70, 2011. 279p. ISBN 9788562938047.

BRASIL. Censo de Educação Superior 2016. Brasília: MEC, INEP, 2017. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2016/notas_sobre_o_censo_da_educacao_superior_2016.pdf Acesso em: 30 jan. 2021.

CERDEIRA, Maria Luísa Machado. Educação superior em contextos emergentes: a qualidade e a internacionalização. *In*: FRANCO, Maria Estela Dal Pai; ZIKOSKI, Jaime José; FRANCO, Sérgio Roberto Kieling (Org.). **Educação superior e contextos emergentes**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016, p. 25-45. 399p. ISBN 9788539706396.

CORBUCCI, Paulo Roberto. Financiamento e democratização do acesso à educação superior no Brasil: da deserção do Estado ao projeto de reforma. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 25, n. 88, p. 677-701, out. 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302004000300003&lng=en&nrm=iso Acesso em: 27 jan. 2021.

COSTA FILHO, Evandro Soares. **Expansão e democratização da educação superior: uma avaliação dos impactos do REUNI no curso de Serviço Social da UFPB**. 2016. 141 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFPB-2_90965a08ccb999ab647694d2f698f57d Acesso em: 27 jan. 2021.

DIAS SOBRINHO, José. Democratização, qualidade e crise da educação superior: faces da exclusão e limites da inclusão. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1223-1245, dez. 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302010000400010&lng=en&nrm=iso Acesso em: 27 jan. 2021.

FALEIROS, Fabiana. *et al.* Uso de questionários online e divulgação virtual como estratégia de coleta de dados em estudos científicos. **Texto & Contexto - Enfermagem**, 2016; 25(4):e3880014. <http://dx.doi.org/10.1590/0104-07072016003880014>

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 184p. ISBN 9788522458233.

KRAINSKI, Luiza Bittencourt. **A política de cotas na UEPG: em busca da democratização da educação superior**. 2013. 194 f. Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/PUC_SP-1_14892f934fb151d746ce8fef9f2473a3 Acesso em: 27 jan. 2021.

LEHER, Roberto. Educação no governo de Lula da Silva: a ruptura que não aconteceu. *In: MAGALHÃES, João Paulo de Almeida et al. Os anos Lula: contribuições para um balanço crítico 2003- 2010*. Rio de Janeiro: Garamond, 2010, p. 369-412. 424p. ISBN 9788576171966.

LEITE, Denise; GENRO, Maria Elly Herz. Quo vadis? Avaliação e internacionalização da educação superior na América Latina. *In: LEITE, Denise et al. (Org.). Políticas de evaluación universitaria en América Latina: perspectivas críticas*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; Instituto de investigaciones Gino German 2012, p. 15-98. 296 p. ISBN 9789871891092.

LIBÂNIO, José Carlos. Alguns aspectos da política educacional do governo Lula e sua repercussão no funcionamento das escolas. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n.32, p. 168-178, dez.2008 - ISSN: 1676-2584. Disponível em: https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/5405/art12_32.pdf Acesso em: 01 abr. 2021.

LIMA, Cláudia Gonçalves de. **Reforma do Estado brasileiro e a reestruturação da educação superior: estratégias do grande capital para os Países de capitalismo periférico e o ideário da democratização dos direitos sociais**. 2006. 183f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira, Fortaleza (CE), 2006. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFC-7_84cf8a923f4d28320546b840a48a2d2b Acesso em: 27 jan. 2021.

LORENZET, Deloíze. **Expansão e democratização da educação superior brasileira: a oferta de Licenciaturas nos Institutos Federais no estado do Rio Grande do Sul**. 2016. 288 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/URGS_744320e3ecd3658b8ec19d0458a7ab34 Acesso em: 27 jan. 2021.

LOURENÇO, Vânia Maria. **Limites e possibilidades do Enem no processo de democratização do acesso à educação superior brasileira**. 2016. 145 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2016. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UNB_652d063ea186e0392c65997c0b04a228 Acesso em: 27 jan. 2021.

MARTINS, Rosane Magaly. **A educação superior no período pós-LDB/1996:** democratização e mercadorização no curso de Direito. 2019. 183 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2019. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/FURB_39852946f486a8c9a3dc9500ec18f331 Acesso em: 27 jan. 2021.

MELO, Livia Veleda de Sousa e. **Democratização do acesso à educação superior pública no Distrito Federal:** Universidade de Brasília/Faculdade UnB Planaltina. 2009. 179 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2009. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UNB_37ff88089c668fb3e852efe15d768e68 Acesso em: 27 jan. 2021.

MELO, Nara Poliana de Souza Bandeira de. **Políticas públicas, financiamento e democratização da educação superior:** avaliação do REUNI da Universidade Federal do Tocantins. 2011. 173f. - Dissertação (Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas) - Universidade Federal do Ceará, Ceará, 2011. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFC-7_33e01f5de1ba370bf99afc9a09dcadfe Acesso em: 27 jan. 2021.

MOROSINI, Marília Costa. Estado de conhecimento e questões do campo científico. **Revista de Educação da UFSM**, Santa Maria: Centro de Educação, v. 40, n. 1, p. 101-116, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/15822>. Acesso em: 27 jan. 2021.

MOROSINI, Marília Costa. Qualidade da Educação Superior e contextos emergentes. **Revista Avaliação**. Campinas, v.19, n.2, p.385-406, jul. 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-40772014000200007&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 27 jan. 2021.

MOROSINI, Marília Costa; NASCIMENTO, Lorena Machado do. Internacionalização da educação superior no Brasil: a produção recente em teses e dissertações. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, n.33, p. 1- 27, 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-46982017000100109&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 27 jan. 2021.

MOROSINI, Marília Costa; FERNANDES, Cleoni Maria Barboza. Estado do Conhecimento: conceitos, finalidades e interlocuções. **Educação Por Escrito**, Porto Alegre, v. 5, n. 2, p. 154-164, jul.-dez. 2014. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/poescrito/article/view/18875>. Acesso em: 27 jan. 2021.

OLIVEIRA, Etienne de Sousa Lima de. **Acesso e permanência de cotistas na Universidade de Brasília:** estratégias para democratização da educação superior 2019. 250 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2019. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UNB_b1c699f88ebe8476d0714f1999931ad1 Acesso em: 27 jan. 2021.

OLIVEIRA, Lígia Batista de. **Políticas de expansão da educação superior:** impactos para a democratização na Região Nordeste. 2016. 129 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Pernambuco, Pernambuco, 2016. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFPE_fad01acbc9715446519e2a8922dd5099 Acesso em: 27 jan. 2021.

OLIVEIRA, Tânia Modesto Veludo de. Amostragem não probabilística: adequação de situações para uso e limitações de amostras por conveniência, julgamento e quotas.

Administração on-line, v. 2, n. 3, p. 1-15, jul./set., 2001. Disponível em: https://pesquisa-eaesp.fgv.br/sites/gvpesquisa.fgv.br/files/arquivos/veludo_-_amostragem_nao_probabilistica_adequacao_de_situacoes_para_uso_e_limitacoes_de_amostras_por_conveniencia.pdf

Acesso em: 12 fev. 2021.

PAULA, Maria de Fátima Costa de. Políticas de democratização da educação superior brasileira: limites e desafios para a próxima década. **Avaliação** (Campinas), Sorocaba, v. 22, n. 2, p. 301-315, ago. 2017. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-40772017000200301&lng=en&nrm=iso

Acesso em: 27 jan. 2021.

PEREIRA, Thiago Ingrassia; REIS, Kelly Cristina dos. Estudo da evasão universitária em contextos emergentes: desafios à permanência estudantil. **REVISTA FAED - UNEMAT**, v. 33, p. 209-225, 2020. <https://doi.org/10.30681/21787476.2020.33.209225>

PEREIRA, Thiago Ingrassia. **Classes populares na universidade pública brasileira e suas contradições**: a experiência do Alto Uruguai Gaúcho. Curitiba, PR: Editora CRV, 2015. 244 p. ISBN 97885444402948.

QUEIROZ, Rubení Pereira de. **Educação Superior Pública Estadual, reparação histórica e democratização**: um estudo sobre as cotas para negros em Goiás. 2008. 160 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2008. Disponível em:

https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/PUC_GO_ebd55d8f29fc2f60eb8ba58a5ca59b4e Acesso em: 27 jan. 2021.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A cruel pedagogia do vírus**. Coimbra: Edições Almedina, 2020. 32p. ISBN 9789724084961.

SGUISSARDI, Valdemar. Educação Superior no Brasil. Democratização ou massificação mercantil? **Educ. Soc.**, Campinas, v. 36, n. 133, p. 867-889, dez. 2015. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302015000400867&lng=en&nrm=iso

Acesso em: 21 jan. 2021.

SILVA, Michel Carvalho da. **A educação superior no discurso midiático**: imagens de excelência e democratização nos editoriais da Folha de S. Paulo. 2013. 199 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em:

https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/USP_28475047140afc2a790b038f6b50a8e3 Acesso em: 27 jan. 2021.

TEODORO, Antônio; JEZINE, Edineide. (Org.). **Organizações internacionais e modos de regulação das políticas de educação**: indicadores e comparações internacionais. Brasília, Liber Livro, 2012. 260 p. ISBN 9788579631023.

TREVISOL, Joviles Vitório. A pós-graduação na Universidade Federal da Fronteira Sul: interiorização e redução de assimetrias em uma região de fronteira. **RBPG**, Brasília, v. 12, n. 28, p. 505 - 532, agosto de 2015. <https://doi.org/10.21713/2358-2332.2015.v12.781>

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. 20. reimpr. São Paulo: Atlas, 2011.175p. ISBN 9788522402731.

UNIVERSITAS. **A produção científica sobre Educação Superior no Brasil: 1968-2000**. Porto Alegre: ANPED, 2002. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1ELL3Z35YdZKaFYcyRQIEDc7Ewv8oeNfi/view> Acesso em: 03 fev. 2021.

ZAGO, Nadir. Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares camadas populares. **Revista Brasileira de Educação**, v. 11, n. 32, p. 226-237, maio/ago. 2006. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782006000200003>

ZAGO, Nadir. A entrevista e seu processo de construção: reflexões com base na experiência prática de pesquisa. In: ZAGO, Nadir; CARVALHO, Marília Pinto de; VILELA, Rita Amélia Teixeira. (Org.). **Itinerários de pesquisa**: perspectivas qualitativas em sociologia da educação. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011. p. 287-309. 309p. ISBN 9788598271873.

ZAGO, Nadir; PAIXÃO, Lea Pinheiro; PEREIRA, Thiago Ingrassia. Acesso e permanência no ensino superior: problematizando a evasão em uma nova universidade federal. **Educação em Foco**, ano 19, n. 27, p. 145-169, jan./abr. 2016. Disponível em: <https://revista.uemg.br/index.php/educacaoemfoco/article/view/1334>. Acesso em: 27 jan. 2021.

ZITKOSKI, Jaime José A universidade na América Latina: algumas encruzilhadas diante do futuro de nosso continente. In: ZITKOSKI, Jaime José; MORIGI, Valter. (Org.). **Experiências emancipatórias e educação**: a docência e a pesquisa. Porto Alegre: Corag, 2013, p. 13-25. 220p ISBN 9788577702701.